



TARIFAÇO

Tarifas adicionais de 25%, impostas pelos Estados Unidos a produtos brasileiros, que começam a valer no dia 22, podem ter mais efeitos no cenário eleitoral do que no econômico, de acordo com especialistas

Pano de fundo político da sobretaxa

» ROSANA HESSEL
» FERNANDA STRICKLAND

A decisão dos Estados Unidos de impor sobretaxas adicionais para a importação de produtos brasileiros tem gerado repercussões econômicas, mas também políticas. Enquanto integrantes do governo classificam a investigação conduzida por autoridades norte-americanas como “frágil” e baseada em documentos desatualizados da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), especialmente em alegações relacionadas ao combate à corrupção no país, analistas alertam para o acirramento do debate eleitoral em torno do novo tarifaço. Inclusive, apontam para o pano de fundo político da decisão do governo norte-americano diante da proximidade das eleições presidenciais em outubro e das recentes conversas dos filhos do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) com o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, e o secretário de Estado norte-americano, Marco Rubio.

A pesquisa Genial/Quaest, divulgada logo após a confirmação da taxa adicional dos EUA de 25% sobre mais de 3 mil produtos brasileiros, mostrou que a intenção de voto no senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) recuou até mesmo entre eleitores bolsonaristas na comparação com junho, passando de 88% para 81%. O levantamento revelou ainda que 51% dos eleitores concordam que a família Bolsonaro é a responsável pelo tarifaço dos EUA, e 30% concordam que Flávio tentou reverter as tarifas.

A expectativa de analistas é de que essa nova sanção ao Brasil poderá dar ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) uma linha de ataque a ser explorada na campanha; em uma disputa que deverá ser muito acirrada. De acordo com relatório do Eurasia Group, o aumento de quase 1,7 mil para pouco mais de 2,1 mil no número de produtos isentos deve reduzir o impacto econômico da medida após várias audiências em Washington de representantes do setor privado.

“A lista ampliada abrange algumas das exportações mais significativas do Brasil para os EUA, incluindo carne bovina, café, suco, pescado, ferro-gusa e diversos produtos de madeira. Isso significa que apenas um quarto das exportações brasileiras



é afetado pela tarifa de 25%”, destacou a consultoria norte-americana.

Para os analistas do Eurasia Group, a medida acabou prejudicando mais a candidatura de Flávio Bolsonaro, apesar de ele ter mais chances de conseguir um acordo com os Estados Unidos se vencer as eleições. “A decisão dos EUA sobre as tarifas prejudicará a candidatura de Flávio, mas não definirá o resultado da eleição. Os eleitores brasileiros não votam com base na política externa, e a disputa será decidida, em última análise, por questões internas”, frisou o relatório da equipe liderada por Christopher Garman. Recentemente, ele elevou de 55% para 60% as chances de vitória de Lula nas eleições deste ano.

Na avaliação da consultoria, alguns produtos sujeitos apenas à tarifa adicional de 12,5% relacionada ao trabalho

forçado também permanecerão competitivos, visto que a medida se aplica à maioria dos principais parceiros comerciais dos EUA. O governo brasileiro espera a confirmação dessa nova tarifa ainda nesta semana. Ela integra uma estratégia mais ampla de proteção comercial adotada por Trump, alinhada aos princípios do movimento Maga (Make America Great Again), que defende o fortalecimento da indústria e da economia dos Estados Unidos por meio de medidas protecionistas. E, ainda segundo essa avaliação, o Brasil não seria um caso isolado. Países aliados históricos dos Estados Unidos, como Reino Unido, Israel, El Salvador e Austrália, também teriam sido alvo de medidas semelhantes, inclusive, nações que mantinham déficit comercial com os norte-americanos.

Tropeço diplomático

No entanto, o CEO da Casa Política e ex-diretor da Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (ApexBrasil) e do Senado Federal, Márcio Coimbra, atribui o tarifaço à má condução da política externa brasileira. Para ele, a imposição da sobretaxa pelo Escritório do Representante de Comércio dos Estados Unidos (USTR), com base na Seção 301 da Lei de Comércio norte-americana, expõe uma “paralisia da política externa brasileira” e representa um revés que o governo federal tenta transformar em narrativa política.

Coimbra argumenta que o Palácio do Planalto busca responsabilizar a oposição, especialmente o senador Flávio Bolsonaro, pelas sanções devido às articulações realizadas junto à Casa Branca. Na avaliação do especialista, entretanto, essa estratégia tende

a encontrar resistência entre setores produtivos. Ele citou críticas do empresariado, especialmente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), ao que classificou como “ruidos desnecessários” e conflitos personalistas por parte do governo.

Lei da Reciprocidade

A discussão sobre uma eventual resposta brasileira às novas sanções dos EUA ganhou com a sanção da Lei nº 15.122/2025, conhecida como Lei da Reciprocidade Econômica. Contudo, analistas veem o uso dessa ferramenta com cautela.

A advogada Natasha Giffoni Ferreira, sócia do escritório Volk & Giffoni Ferreira Advogados, a aplicação da Lei da Reciprocidade não deve significar uma retaliação indiscriminada, porque uma resposta ampla poderia elevar os preços de máquinas, equipamentos, medicamentos e tecnologias importadas dos Estados Unidos, pressionando custos empresariais e a inflação. Ela defendeu uma estratégia seletiva, priorizando produtos cuja sobretaxa tenha maior efeito político e comercial nos EUA, mas provoque menor impacto sobre consumidores e empresas brasileiras. “A melhor solução não é necessariamente a retaliação imediata, mas a utilização criteriosa dos instrumentos disponíveis para proteger a competitividade das empresas brasileiras sem transferir o custo da disputa para a economia interna.”

O especialista em direito internacional empresarial Marcelo Godke também concordou que a negociação diplomática representa o caminho mais eficaz para a resolução do impasse. Segundo ele, a administração de Donald Trump caracteriza-se por uma postura assertiva e por privilegiar negociações diretas. Nesse contexto, a apresentação de propostas e demandas objetivas tende a ser mais produtiva do que o confronto. “Diplomacia, diálogo e negociação são fundamentais. O histórico da atual administração indica que, quando propostas factíveis e de interesse mútuo são apresentadas, há disposição para o entendimento”, afirmou.

Márcio Coimbra também criticou a possibilidade de utilização da Lei de Reciprocidade como resposta ao novo tarifaço dos EUA, porque uma retaliação tarifária poderia elevar custos de importação, afetar cadeias produtivas e provocar impactos negativos sobre empregos e preços internos.

NAS ENTRELINHAS



Por Luiz Carlos Azedo
luizazedo.df@dabr.com.br

Brasil entre soberania, democracia e seus problemas sociais

Quem quiser que se iluda, estamos diante de um novo ciclo político de longa duração, no qual os velhos problemas do país já não podem ser enfrentados da mesma forma, num contexto de crise da democracia ocidental, revolução tecnológica e desestruturação dos pactos diplomáticos pós Segunda Guerra Mundial. É nesse contexto que o Brasil chega às eleições de 2026, com uma combinação complexa de problemas sociais e econômicos, de radicalização política e de mudança da ordem internacional.

Ninguém pode desconsiderar que o nosso subdesenvolvimento, para usar uma expressão clássica, decorre da baixa produtividade, da desigualdade de oportunidades, da precariedade da educação básica, da expansão do crime organizado, dos deficits de saneamento e de habitação, do alto custo do capital e da fragilidade fiscal. Esse é o diagnóstico que alimenta o debate e divide opiniões por parte de quem busca soluções para o país em bases democráticas.

Ocorre que, agora, o Brasil enfrenta uma ameaça externa inédita desde a

redemocratização, na medida em que o governo norte-americano de Donald Trump transformou tarifas comerciais e pressões diplomáticas em instrumentos de interferência política, numa tentativa de favorecer seus aliados ideológicos e influenciar as escolhas dos brasileiros. Não se trata, portanto, apenas de decidir quem governará o país, mas de definir como o Brasil defenderá sua democracia, sua economia e ocupará seu lugar numa ordem mundial em transformação.

Os Estados Unidos continuam sendo um parceiro histórico fundamental, mas sua política externa passa por uma mudança de paradigma. O movimento Maga (Make America Great Again) rompeu com aspectos importantes da tradição liberal que orientou Washington no pós-guerra. Em lugar da defesa das instituições multilaterais, da previsibilidade das alianças e da abertura comercial, a Casa Branca opera uma diplomacia transacional, nacionalista e protecionista na qual pontificam o histronismo de Trump e os interesses da plutocracia que hoje domina a política norte-americana.

Tarifas, sanções e ameaças são utilizadas como instrumentos de pressão até mesmo contra países aliados estratégicos da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan). Agora, a aproximação entre o movimento Maga e o clã Bolsonaro trouxe um elemento perigoso à disputa brasileira: a tentativa de vincular interesses econômicos e estratégicos dos Estados Unidos no Brasil ao resultado de nossa eleição. A resposta não pode ser o velho antiamericanismo, mas exige a firme defesa da soberania.

Uma boa relação com os Estados Unidos não significa obediência, sobretudo quando interesses eleitorais e comerciais de uma corrente estrangeira se confundem com os de um grupo político brasileiro. Sem embargo das críticas, o governo de Luiz Inácio Lula da Silva não tem outra opção a não ser negociar com firmeza, recorrer às instituições multilaterais, proteger os setores atingidos e, simultaneamente, preservar os canais de cooperação. Nossa política externa é de Estado, baseada nos interesses permanentes do Brasil.

Direitos e deveres

Ao contrário de outros momentos de tensão com os Estados Unidos, como aquele que resultou no golpe militar de 1964, o Brasil tem relações comerciais

muito mais diversificadas. Nosso comércio com os Estados Unidos representa apenas 2% do Produto Interno Bruto (PIB), porém, é o principal destino de nossos produtos industrializados. E também não podemos cair na dependência de nosso maior parceiro comercial, a China, cuja capacidade industrial excedente pressiona os produtores de outros países. O Brasil deve ampliar acordos com União Europeia, Índia, Japão, Canadá, México, África, Sudeste Asiático e Oriente Médio, sem abandonar Washington nem Pequim. Ou seja, trata-se de construir novas alternativas e buscar ainda maior integração com a economia mundial.

Nada disso, porém, no plano interno, eliminará a insatisfação social e resolverá os problemas objetivos da população. A retaliação de Trump pode fortalecer momentaneamente uma narrativa nacionalista, mas o custo de vida, a insegurança, os juros, a qualidade dos serviços públicos e a esperança continuarão orientando o voto. A eleição não será decidida apenas com denúncias do autoritarismo adversário. É preciso demonstrar capacidade de entrega: segurança, educação, saúde, habitação, mobilidade urbana, crescimento, inclusão social e instituições que funcionem.

Com a Constituição de 1988, o Sistema Único de Saúde (SUS), a universalização da educação fundamental, o salário mínimo valorizado, a transferência de renda, as ações afirmativas e a ampliação do acesso à universidade transformaram a sociedade brasileira. Não podemos brigar com os fatos. Os resultados insuficientes dessas políticas não são a prova de que a inclusão social fracassou. Nem devemos tratar quatro décadas de redemocratização como tempo perdido, apesar da descontinuidade administrativa e da recidiva oligárquica e do patrimonialista. O desafio não é abandonar os fundamentos da Constituição de 1988, mas atualizar os meios pelos quais se pretende alcançar igualdade, liberdade e dignidade.

O Brasil realmente precisa reconciliar direitos coletivos com responsabilidade individual. A emancipação e a inclusão social devem oferecer condições para que cada cidadão desenvolva suas potencialidades e, ao mesmo tempo, responda por suas escolhas. O problema é que o mau exemplo vem de cima, devido à captura de instituições e políticas públicas por interesses privados, empresariais ou mesmo individuais. Vem daí, na verdade, a maior ameaça às nossas democracias e soberania. Basta ver as pesquisas sobre aprovação das principais instituições do país.